

**DISCURSO DE S. EXA A PAR NA SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA
DO XLI ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL**

Sr. Presidente da República

Sr. Primeiro-Ministro e Senhores membros do Governo

Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e demais tribunais superiores

Antigos Presidentes da República

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Sra. Procuradora-Geral da República

Sr. Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e demais representantes institucionais das Forças Armadas

Sr. Provedor de Justiça

Srs. Representantes das Assembleias Legislativas e dos Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

Antigos Presidentes da Assembleia da República

Srs. Conselheiros de Estado

Sr. Núncio Apostólico, Senhores Embaixadores e representantes do Corpo Diplomático

Antigos Deputados à Assembleia Constituinte

Srs. Deputados

Excelentíssimas autoridades,

Minhas Senhoras e meus Senhores

Abril nasceu nas profundezas de um desejo humano de justiça, simples e elementar, imperativo e fundamental. A liberdade, a justa medida, a devida proporção na relação das pessoas e das pessoas com as coisas! Foi por esse desejo que a história se construiu no que ela tem de mais belo, entre o combate político e as ideias dos justos.

Abril é por isso mesmo a celebração da política como liberdade que se exerce, como esperança, como força emancipadora. Que nos diz que somos senhores do nosso destino e autores do mundo.

Sentimos essa responsabilidade, agora agigantada pelo carácter global dos acontecimentos contemporâneos, que os distingue de tudo o que anteriormente conhecemos e torna necessária a instituição de uma sociedade universal. A globalização limita as possibilidades das políticas nacionais perante um novo ambiente em que os problemas ganham uma nova escala. Não nos deixa, por isso, um otimismo fácil.

A fratura entre o norte e o sul, com os seus índices de desigualdade, a questão ambiental e o terrorismo, fazem-nos pensar, neste século XXI, em como não está adquirida a elevação do nível geral da condição humana. Seguindo as palavras de Philip Resnick, não vivemos no melhor dos mundos: subúrbios urbanos, desastres ecológicos, ondas de refugiados da fome e apátridas, são apenas parte do pano de fundo de um início de milénio que tem três partes de apocalipse e uma parte de celebração.

Somos chamados a construir o projeto político da democracia moderna, sobre a mundialização da economia e dos mercados, os movimentos demográficos e as redes de comunicação, sobre as dinâmicas de uma revolução pós-industrial que nos faz pensar a liberdade à medida do nosso tempo.

A mundialização exige-nos esforços cooperativos, iniciativas transversais, fundadas em convicções profundamente democráticas.

Traz-nos o desafio de uma comunidade moral alargada como tarefa política. E faz-nos empreender em novas metodologias e novos protagonismos. Reorganiza os Estados e as estruturas sociais. Os Estados em associações, as estruturas sociais conhecendo um papel sem precedente no diálogo de culturas. Muitas vezes, elas adiantam-se mesmo estrategicamente ao Estado. Todos são atores neste grande encontro que levará à afirmação universal dos direitos humanos.

É essa a via deliberativa para o progresso moral da humanidade.

E por isso é tão necessário elevar o nível de consciência individual e coletiva através da educação. Já dizia Protágoras que *“a virtude da política pode ser ensinada e todos a devem aprender”*. A mesma via foi apontada pelo Iluminismo, que ligou a educação à maioria dos povos e às bases de um mundo cosmopolita.

As interações da sociedade técnica, da economia e dos movimentos demográficos ditam uma continuidade entre a política interna e a política externa, entre o espaço da nação e o espaço do mundo. Tal como Kant já advertia na sua *Paz Perpétua* quando afirmava que *“o problema da instituição de uma Constituição perfeita depende de uma relação externa legal entre os Estados e não pode resolver-se sem esta última”*. Proposição que hoje lembramos na companhia de muitos dos nossos Deputados Constituintes. Eles que nos deram a Constituição, a mais forte mensagem de Abril. Fica-nos o sentido da grandeza da nossa tarefa, neste tempo novo e difícil que põe à prova a capacidade das nossas instituições democráticas.

Porque se há um desafio ético inscrito na era universal ele é seguramente o de entregar aos valores do constitucionalismo o seu verdadeiro território. É o território do Mundo que sempre lhe pertenceu por natureza, mas nunca lhe foi reconhecido.

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A crise foi também ela mesma a ponta do *iceberg* de um mundo em mudança. A crise mostrou os excessos do capitalismo financeiro indiferente à sociedade, o problema da limitação dos recursos e da sua distribuição entre indivíduos, entre gerações e entre povos. E fez surgir em cada um de nós um sentido mais intenso sobre o lugar do outro. De certo modo, arrancou-nos da nossa esfera particular para um viver em comparação que é já de si um sobressalto positivo.

A crise obriga-nos então a repensar os nossos paradigmas, com referência ao ser humano real, obriga-nos a mergulhar nos factos, a explorar as causas, a separar o trigo do joio, a inventar novas respostas. A olhar todos os desertos sem preconceitos nem ideias feitas. Desafia-nos para um fazer de outro modo:

O crescimento da economia segundo um novo modelo, qualitativo, que conhece os limites do meio ambiente e da questão social; um novo tempo de trabalho, que recebe as vantagens da evolução científica e tecnológica e liberta para a realização individual; uma nova governação socialmente comprometida das empresas. A resposta do Estado de Direito à crescente pressão da sociedade digital sobre a autonomia do indivíduo.

A liberdade significa um desejo insistente de liberdade.

Senhor Presidente,

Minhas senhoras e meus senhores,

A mundialização desafia-nos para inscrever na escala do mundo a ideia de humanidade como princípio regulador. Obriga-nos a reencontrar o primado do político sobre a economia e os mercados. Exige-nos ser fazedores de pontes, plataformas de uns para os outros.

Por isso, a nossa inquietação sobre a União Europeia. Sem coerência e sem resiliência, a União Europeia não pode projetar o seu modo de existir no mundo. E, porém, o percurso que vai da Comunidade do Carvão e do Aço até à União Europeia é um percurso virtuoso que só ganhará o seu último sentido se ele é replicado na formação de outras associações regionais de Estados como o Mercosul, a União Africana ou a ASEAN. Se esse percurso é replicado no ativismo dessas associações regionais. Será a sua representação permanente na ONU a abrir o caminho a uma “União de Povos”.

É sobre um diálogo estruturado entre as associações regionais e a evolução do papel das Organizações Internacionais que a ética dos direitos pode ser estendida à economia e ganhar consenso entre as diferentes culturas nacionais.

Aí entra a importância estratégica da Organização Mundial do Comércio. Ela deverá incorporar as associações regionais de Estados num novo multilateralismo. E as regras do comércio livre não estarão mais sós sobre a mesa. Novos temas se juntarão, como os que ligam o trabalho e o ambiente aos direitos humanos. Aliás, os baixos níveis salariais e ambientais das economias emergentes tornam a competição injusta ou impossível. E, assim, uma espécie de “nova rota da seda” se impõe, com um novo equilíbrio.

A concertação política é, pois, a via única para esta *Babel* que só numa ética de convivência universal poderá construir a sua torre.

E, nós portugueses, feitos da matéria da universalidade que criámos, temos, nos contextos da nossa língua e diáspora, o lugar adequado para cumprir a nossa parte. Sem esquecer a União Europeia.

A União Europeia que tem a sua unidade comprometida no longo arco das políticas fragmentadas dos Estados: o direito criminal sem uma política verdadeiramente comum. A quase ausência de uma política europeia externa e de segurança, com o risco de marginalização no cenário internacional. A convergência orçamental sem uma base mínima de regras sociais comuns, do emprego e da segurança social. E as políticas europeias de desenvolvimento e imigração, vistas a partir de Lampedusa, Ceuta ou Melila.

Senhor Presidente

Minhas senhoras e meus senhores,

A política é sempre a ultrapassagem dos nossos limites, transcendência nas coisas que fazemos, é sempre audácia.

Abril deu-nos a liberdade para arregaçar as mangas no muito por fazer. Deu-nos-la para a democracia, para instituímos entre os seres humanos, e na relação deles com as coisas à sua disposição, a justa proporção que é a medida da justiça. Uma espécie de ecologia de viver e conviver que tem na política como amor do mundo o seu ponto de partida.